



Presidente p.8

Manter a disciplina das
finanças públicas



Parlamento p.17

“Governo das
esquerdas falhou em
toda a linha”

Povo Livre



n.º 1935

14 de setembro de 2016

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

FAZEMOS COMPROMISSOS COM OS PORTUGUESES

JUGAL

SÉRIO



Jornadas Parlamentares - 12 e 13 de



LEVAR
PORTUGAL
A SÉRIO



Pedro Passos Coelho
encerrou as jornadas
parlamentares do PSD
em Coimbra



É “obrigação moral” da esquerda garantir estabilidade

O presidente do PSD entende ser uma “obrigação moral” da esquerda dar estabilidade ao país, aprovando o Orçamento do Estado para 2017. À margem da visita à Agrival - Feira Agrícola do Vale do Sousa, Penafiel, 28 de agosto, Pedro Passos Coelho relembra ser ao PCP, BE e PS “que cabe a responsabilidade de ter o entendimento que suporta o Governo e o seu principal instrumento de ação política que é o seu orçamento”.

Para o líder da oposição, “a política que o Governo vem executando é uma política como o PCP e o BE têm vindo a reclamar”. Portanto, concluiu Passos Coelho, “não há nenhuma razão para estar a antecipar problemas com o orçamento”.

Questionado sobre a postura do PCP face ao orçamento de 2017 e o facto de aquele partido admitir que a Europa pode influenciar a preparação do documento, Passos Coelho respondeu: “Isso é o que o Partido Comunista diz agora, porque pretende ganhar algum espaço de influência e negociação junto do PS e do Governo”.

O presidente do PSD previu depois que “o PCP, o BE e o PS entender-se-ão bem para fazer o Orçamento para o próximo ano”.

O líder da oposição insistiu que os indicadores conhecidos da execução do atual orçamento mostram que é cada vez mais curto o espaço de cumprimento. “A cada mês que passa, as contas vão ficando menos boas e com a experiência que tenho de Governo, sabendo o que sei da execução de orçamentos e conhecendo as opções que já foram tomadas e que se refletirão nos próximos meses, vejo que haverá mais dificuldade em que o resultado que foi anunciado possa ser atingido”, considerou.

Frisou, porém, que “o Governo ainda tem tempo para poder corrigir esse trajeto”.



IC35: “Governo está a cortar em investimentos em obras públicas”

Pedro Passos Coelho acusou o Governo de estar a “quebrar palavras” em investimentos em obras públicas, como o IC35, que tinham sido lançados pelo anterior Executivo, mas adiados pelo atual. “O que eu espero é que isso [redução do défice] não se faça à custa de quebras de palavras em investimentos que eram importantes, como era, por exemplo, aqui para toda esta região, o IC35”, disse o líder do PSD.

Ao afirmar que o atual Executivo está a privilegiar as despesas correntes em prejuízo das despesas públicas de investimento, Pedro Passos Coelho também afirmou: “Há muitos projetos que até um Governo que tinha dificuldades financeiras grandes, como nós tivemos no passado, conseguiu pôr de lado o suficiente para que essas obras pudessem avançar e agora estão todas na prateleira.”

E destacou a diferença entre o Executivo por si liderado e este: “Nós, na altura, não tínhamos dinheiro para fazer a obra toda, mas canalizámos uma parte para avançar com a primeira empreitada. Lançámos o concurso, faltava apenas fazer a adjudicação. E o novo Governo, porque fez outras opções e agora não tem dinheiro para gastar, empurrou com a barriga e disse que já não ia adjudicar e que em 2017 se veria o que se iria fazer com isso”.

Ainda a propósito do IC35, Pedro Passos Coelho acrescentou: “Pode parecer uma gotinha de água, uma coisa que não tem importância nenhuma, mas havia uma obra que devia ter avançado que é essencial para que, do ponto de vista económico, a região se possa desenvolver melhor”.

O presidente do PSD reafirmou o que dissera em Paços de Ferreira, nomeadamente que o atual Governo está a gastar menos do que o governo PSD/CDS em investimento público, o que considerou “uma incoerência” face ao discurso do PS e do resto da esquerda quando eram oposição.

Jantar de homenagem a ex-autarcas do PSD de Paços de Ferreira

Pedro Passos Coelho destacou a sua responsabilidade enquanto líder do maior partido de Portugal e maior partido da oposição. “O que se espera do PSD, neste papel? Que saiba apontar falhas que trarão consequências no futuro. Porque estas atingem todos os portugueses, que queriam agora encontrar soluções melhores. Espera-se que saiba preconizar uma solução que aproxime a políticas das pessoas, e que traga confiança para o futuro”, disse.

O PSD olha sempre para o futuro. “Não nos interessa o passado, mas não nos esquecemos dele, no que tem de bom e de menos bom”, afirmou o Presidente do PSD, que falava perante uma plateia de militantes, simpatizantes e ex-autarcas, para os quais olha com apreço e admiração.

Os dados da execução orçamental fazem realçar que, quando comparado há um ano atrás, o atual governo está a gastar menos 200 milhões de euros em investimento público. Onde estão agora as vozes dos partidos que reclamavam por mais investimento público, perguntou. “Nós investimos mais no nosso governo do que neste governo que se diz de esquerda. Até obras, como o IC35, não pode e não vai ser feita porque o atual Governo não tem o dinheiro que precisa para que as contas batam certo no défice”, disse Pedro Passos Coelho, colmatando que “temos um governo que diz uma coisa e faz outra. Empurra com a barriga, disfarça, vai adiando para dizer que está tudo bem. Como seria fácil governar se pudessemos adiar os problemas que não são fáceis.”

O apelo do Presidente do PSD é claro: “Nós pedimos que levem o país a sério. Que não iludam as pessoas.



Que não disfarçem os problemas. Como podemos dar esperança no futuro se os problemas não forem enfrentados? Nas palavras deste governo e dos partidos que o sustentam, os problemas desapareceram, ou pelo menos já não se ouve falar deles”.

“Afinal, o que é o Governo tem hoje para oferecer ao país? Qual é o seu projeto para futuro? Evitar que o PSD volte a governar”, referiu o presidente do PSD, realçando assim a falta de visão do projeto do atual governo e partidos que o sustentam.

Para o futuro próximo, a missão é clara: o PSD não quer ganhar para impedir os outros de governar. Quer ganhar para executar um projeto de desenvolvimento para Portugal. Pedro Passos Coelho referiu: “Queremos que as pessoas digam que vale a pena apostar no nosso modelo de desenvolvimento. Queremos mais ação, para acrescentar futuro em emprego, rendimentos, crescimento económico, exportações e crescimento no futuro”. Para tal, é preciso criar confiança nos investi-

dores. E isto, um governo apoiado pelo PCP e pelo BE não consegue fazer”.

A aposta do PSD é clara. Passa por um modelo económico que possa gerar mais emprego, mais rendimento, mais empreendedores. Sempre com contas em ordem. Para isso, o próximo orçamento de estado deve ser “realista e sem habilidades”.

O presidente do PSD concluiu dizendo que “a nossa missão é preparar as autárquicas com respeito e prepararmo-nos com respeito para voltar a servir os portugueses, quando estes assim o quiserem. É esta a nossa missão. Os interesses do país e dos portugueses devem estar sempre à frente de tudo. Devemos respeitar a nossa maneira de estar, reformista e inconformista. Esta é a verdadeira maneira, que dá confiança às pessoas. A cada dia que passa, na oposição, a nossa maneira de estar ganha o respeito dos cidadãos. Ao levarmos os portugueses a sério, somos nós próprios levados a sério.”



Quem é que põe dinheiro num país dirigido por PCP e BE?

Na tradicional festa do PSD de Boticas, distrito de Vila Real, o presidente do PSD defendeu que Portugal precisa de atrair investimento para poder gerar emprego e rendimento, mas questionou “quem é põe dinheiro” num país dirigido por comunistas e bloquistas. “Mas quem é que põe dinheiro num país dirigido por comunistas e bloquistas? Quem é o investidor que acredita que o futuro estará seguro naqueles que têm senha, que não gostam, pelo contrário, que atacam aquilo que eles designam o capital, os capitalistas, os homens que no fundo investem o seu dinheiro, as suas poupanças, nas empresas, que criam emprego e rendimento para futuro”, afirmou.

Pedro Passos Coelho frisou que, em Portugal, “somos poucos para poder dar o rendimento ao país que é necessário”: “Só podemos crescer na medida em que outros acreditem em nós e ponham cá os seus recursos”, sublinhou. O presidente do PSD disse que o país precisa da confiança dos emigrantes, mas também de outros investidores de fora.

“É com essa humildade que temos que trabalhar, não é a fazer de conta que somos ricos e que não precisamos de mais ninguém. Sabendo que precisamos dos outros temos que ter a humildade de ir à procura deles e criar cá as condições para que eles possam cá investir, por cá o seu dinheiro. Ganhamos todos com isso”, sustentou.

Passos Coelho insistiu nos alertas à economia, que diz que não “está a correr bem” e que “está a crescer menos do que no ano passado”, concluindo que o “modelo proposto por este Governo falhou”.

E, na sua opinião, apesar dos resultados o Governo não quer mudar a política por duas razões: “preconceito e interesse”. Preconceito porque, acrescentou, “sempre disseram que o Governo anterior não tinha razão” e ainda um preconceito que se “funda em certa medida na dificuldade de dar a mão à palmatória”.

“Se tivessem que corrigir a política teriam que fazer o ‘mea culpa’, mas isso não teria os votos nem do PCP nem do BE”, frisou.

E essa é, continuou, a segunda razão porque não se muda a política, “é por interesse”.

“Se se tivesse de mudar de política na prática o parlamento mudava de Governo porque os comunistas e bloquistas não aceitariam um Governo que não estivesse a fazer aquilo que, no fundo, é reclamado por estes partidos da extrema-esquerda”, salientou.

O presidente do PSD insistiu na ideia de o “Governo está esgotado”: “Até pode durar até ao fim da legislatura e têm a obrigação moral de dar estabilidade ao país. Podem até durar a legislatura toda, mas já ninguém espera novidade desse Governo”.

O líder social-democrata disse ainda que o “Governo não quer correr riscos nem quer mudar nada, prefere que a economia defina do que ter de concluir que não



tinham razão”.

Por fim, afirmou estar confiante de que “quando for

o dia do julgamento as pessoas perceberão o erro que foi cometido no parlamento e corrigirão para futuro a política do país”.



Prémio António Champalimaud de Visão

O presidente do Partido Social Democrata (PSD) participou no dia 6 de setembro de 2016, na entrega do Prémio António Champalimaud de Visão 2016, em Lisboa.





Orçamento para 2017 é da responsabilidade do Governo

A discussão sobre o Orçamento do Estado compete ao Governo e à maioria que o suporta na assembleia e não à oposição. Pedro Passos Coelho recorda ainda que o país “sabe o que o PSD pensa” sobre esta matéria. “A questão não está em saber se apresentamos propostas ou não. É assim um bocadinho sazonal, chegamos à altura do Orçamento e a autossuficiência do Governo esgota-se e querem sempre envolver a oposição nessa discussão. Ora, essa discussão não é connosco. Essa discussão faz-se dentro dos partidos da maioria. É ao Governo e à maioria que compete resolver as questões orçamentais, não é à oposição”, afirmou Passos Coelho durante uma visita à Agroglobal, Feira das Grandes Culturas, 7 de setembro, em Valada do Ribatejo, Cartaxo.

O PSD apresentou, há praticamente um ano, “um projeto aos portugueses que envolve transformações importantes”, nomeadamente, como tornar a economia mais aberta ao exterior, “essencial para gerar emprego e para poder gerar rendimento para as pessoas”, numa referência ao programa eleitoral com que a coligação PSD/CDS-PP se apresentou às legislativas do ano passado. “Não sentimos a necessidade de estar todos os dias a inventar coisas, a fazer o pino, a dizer coisas novas, a realidade do país não muda de um dia para o outro. Aquilo que é estruturalmente importante quando olhamos para o futuro, a longo prazo, está relacionado com transformações que precisamos de fazer na nossa realidade social e económica que não anda ao sabor de cada dia”, declarou.

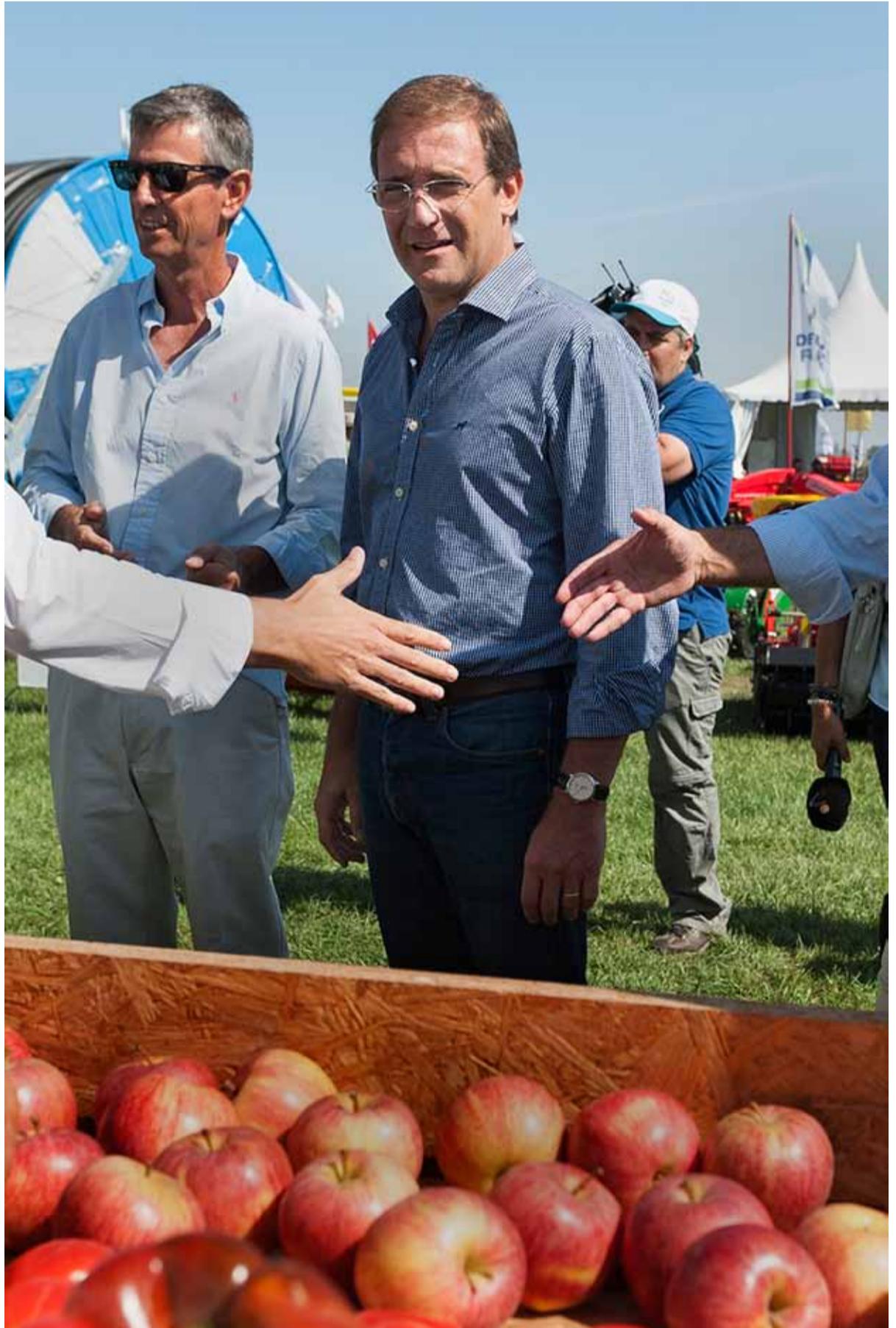
Passos Coelho afirmou que, mesmo quando a oposição apresenta propostas, são “quase todas chumbadas no parlamento”. “O Governo do PS e a maioria que governa



o país volta e meia vem falar em consensos, mas de cada vez que a questão se coloca em concreto nega e chumba todas as iniciativas que apresentamos”, disse, sublinhando que isso acontece com as propostas do PSD e também do CDS, mesmo quando as deste partido são até “muito próximas do programa” do Partido Socialista. E deu como exemplo a iniciativa social-democrata de realização de “um estudo sério sobre o que poderia ser uma reforma da Segurança Social, que não apenas das pensões”, lamentando que o PS e a maioria que suporta o Governo tenham bloqueado “qualquer decisão que pudesse sequer conduzir a uma plataforma de discussão sobre o assunto”.

Questionado sobre as propostas de aumento do salário mínimo e das pensões mínimas, que têm sido anunciadas por PCP e BE, o líder do PSD referiu que, apesar de aparentemente positivas, elas terão que ser feitas de acordo com “as capacidades do Estado”, ou seja, dos contribuintes. “Só é possível fazer aumentos significativos se subirem os impostos, penso eu, a não ser que se fique a dever. Portanto, isso depende da margem de manobra e das opções que o Governo fizer noutras áreas e depende também da capacidade negocial em sede de concertação social”, afirmou, salientando que a posição do PSD sobre esta matéria “é conhecida e não muda em função dos anos ou de estar no Governo ou na oposição”.

“Se dependesse da nossa vontade, do nosso gosto, todos fixávamos um salário mínimo que nos parecesse mais compatível com o que esperamos da dignidade do salário associado à dignidade do trabalho. Essa não é a questão, a questão é saber o que é possível fixar”, acrescentou, sublinhando esperar que qualquer decisão seja tomada em sede de Concertação Social.



Manter a disciplina das finanças públicas

“Se o ministro das Finanças diz que não vai haver aumento de impostos, é uma boa notícia”. O líder do PSD comentava sexta-feira, 9 de setembro, na Festa do Leitão, em Águeda, as declarações do ministro Mário Centeno, segundo as quais, em 2017, não haverá aumento dos impostos diretos. “Ainda é cedo para se falar do Orçamento para não estarmos todos a discutir o que não existe. Se o ministro das Finanças diz que não vai haver aumento de impostos, isso é uma boa notícia. O país não precisa de ter agravamentos de impostos, mas sim de manter a disciplina das finanças públicas”, disse.

Pedro Passos Coelho afirmou aguardar as opções de despesa e receita que o governo vai propor ao parlamento para se pronunciar, mas salientou que “o país precisa de controlar bem a sua dívida e de uma abordagem da economia que seja favorável ao crescimento”.

Passos Coelho comentou que “os sinais não vão nesse sentido e o crescimento não tem estado a ocorrer, pelo menos como o do ano passado”, o que “condiciona o exercício orçamental”. “Espero que as opções económicas sejam equilibradas. O Presidente da República já disse isso: precisamos de disciplina orçamental sem esquecer os que estão em maiores dificuldades”, declarou.

Sobre a realização da cimeira dos países do sul da Europa, que decorreu na Grécia, Passos Coelho considerou inoportuno “reuniões e cimeiras de grupos de países”, numa altura em que o Reino Unido decidiu sair da União Europeia. “Quando se multiplicam estas cimeiras e reuniões, fica sempre uma ideia de divisão, numa altura



em que precisamos de estar mais unidos, ainda mais quando estamos ainda a digerir a decisão do Reino Unido. Precisamos é de mostrar coesão entre todos e olhar para os problemas que a Europa tem e encontrar soluções que permitam uma maior adesão ao projeto europeu”, criticou.

O líder do PSD aproveitou para se congratular com a votação obtida por António Guterres no processo de eleição do novo Secretário-Geral das Nações Unidas, referindo já o ter felicitado: “É um resultado muito auspicioso. A votação hoje conhecida foi ainda mais positiva

do que a anterior. Há ainda várias votações, mas o facto de estas serem positivas, mesmo depois de algumas figuras como o atual Secretário-Geral defender uma alteração de género, este reforço de votação parece ser significativo”.



Crescimento económico é essencial para gerar emprego



O presidente do PSD lamentou o desempenho “muito negativo” das exportações e acusou os governantes socialistas de “desaparecerem” quando as notícias são negativas. Durante uma visita às festas de Tondela, sábado, 10 de setembro, Passos Coelho considerou que a estratégia económica tem “uma espécie de calcanhar de Aquiles”. “Os resultados que têm vindo a ser divulgados a partir do Instituto Nacional de Estatística não apontam no sentido que nós gostaríamos. Recebemos ainda ontem (sexta-feira) notícias que não nos deixaram satisfeitos: as exportações tiveram um desempenho muito negativo”, afirmou.

Na opinião do líder do PSD, “é muito mau que o Governo não fale destas coisas”, ou seja, no que “está a correr mal e deve ser corrigido para que passe a correr bem”. “Dá impressão que sempre que as notícias não são boas, os governantes desaparecem, fica a comunicação social a dar conta do resultado que as instituições, as autoridades, vão revelando publicamente”, criticou.

Pedro Passos Coelho afirmou que “o crescimento é essencial”, sobretudo quando se quer para o futuro “melhor emprego, mais bem remunerado, um rendimento superior, ajudar não apenas o Estado a equilibrar as suas contas, mas o país, as empresas e as famílias a disporem de um horizonte mas esperançoso, de maior confiança”. “Eu espero que se mantenham contas certas, mas isso não significa que para o país seja suficiente que as contas batam certas”, frisou.

Para Passos Coelho, é essencial “ter uma estratégia económica que ponha o país a crescer, que atraia investimento, que isso permita gerar mais emprego, que esse emprego possa trazer novo rendimento para o país e não apenas uma redistribuição do rendimento”.





“Isso é crítico para podermos estar num campeonato de países desenvolvidos, que têm níveis de bem-estar e de prosperidade maiores e que com isso podem gerar folga suficiente para se pagar o que se deve e para investir em ter um futuro melhor e para deixarmos aos nossos filhos mais alguma coisa do que nós conseguimos ter no passado”, acrescentou.

Melhor código de conduta é decisão tomada quando algo corre mal

O presidente do PSD defendeu que “o melhor código de conduta é a decisão que se toma quando alguma coisa corre mal”, numa alusão ao instrumento aprovado pelo Governo, após a polémica das viagens pagas pela Galp.

Ao intervir, em Viseu, na cerimónia de tomada de posse da distrital do PSD, Pedro Passos Coelho disse que os códigos de conduta para regular os membros do Governo ou quem está em administrações de empresas públicas “valem de muito pouco”.

“Há quem fique a discutir piedosamente o mérito da apresentação destes trabalhos: ‘agora que há um código de conduta, tudo vai correr bem’”, ironizou.

Na sua opinião, se o Primeiro-Ministro tivesse “atalhado direto quando o mal aconteceu”, então “esses males tenderiam a não se repetir”. “Quando procuramos em códigos lavar as mãos da conduta que não queremos ter, aí não vale a pena fazer códigos porque haverá sempre um próximo código para resolver a falha relativamente ao anterior. O que é preciso mesmo é dar o exemplo e na verdade é isso que tem faltado”, lamentou.

O Conselho de Ministros aprovou na quinta-feira um código de conduta do Governo, um instrumento de autorregulação de natureza ética cuja responsabilização é política, que vincula membros do executivo, dos gabinetes e indiretamente dirigentes superiores da Administração Pública. Este código de conduta surgiu na sequência da polémica das viagens pagas pela Galp a membros do Governo para assistir ao Euro2016, em França. A responsabilização do incumprimento do mesmo é política, impondo o critério de que ofertas de cortesia não excedam os 150 euros - valor utilizado nas instituições europeias -, mas com duas ressalvas: as circunstâncias em que os membros de Governo estão em funções de representação oficial ou quando rejeitar uma oferta, mesmo que superior ao valor fixado, significaria quebrar o respeito devido por um Estado estrangeiro.

Passos Coelho sublinhou que o Governo que liderou se empenhou em assuntos como o combate à corrupção e à evasão fiscal. “Não é por agora estarmos na oposição que deixam de ser importantes. Devemos fazê-lo, claro, respeitando as decisões do Tribunal Constitucional”, frisou.

E lembrou que nem todas as soluções apresenta-



das pelo seu Governo, como a da criminalização do enriquecimento ilícito, “tiveram a visão concordante do tribunal Constitucional”. “Nós teremos que ir ajustando as propostas que fazemos àquilo que, numa área limite tão difícil como esta, possa vir a merecer uma avaliação positiva do Tribunal Constitucional”, assinalou.

Os Comandos “representam uma tradição dentro do Exército português”

O líder do PSD afirmou que o que importa agora no caso dos Comandos é que o Exército investigue as circunstâncias que levaram à morte de dois militares para que tudo fique esclarecido. “O que é importante é que possa ser feita uma avaliação. Estas coisas não acontecem todos os anos, não acontecem todos os dias, é suposto que casos limite como estes possam ser prevenidos e, com certeza, a investigação efetuada pelo próprio Exército não deixará de dar pistas importantes que ajudem a que no futuro estas situações não ocorram”, disse.

Para o social-democrata, o Governo tem gerido “bem” este caso, porque “o que nesta altura deve ser procurado é o esclarecimento das circunstâncias que

produziram este resultado”. “Não há aqui nenhuma necessidade de o Governo andar à frente da instituição [Exército] para garantir aquilo que ela sabe fazer”, disse, acrescentando que, “nesta altura, não faz sentido especular” sobre um eventual fim dos Comandos.

Lamentando as mortes e apresentando condolências às famílias, Passos Coelho referiu ter a certeza de que “a instituição militar é a primeira a ter interesse em saber o que se passou e prevenir que coisas destas não voltem a acontecer no futuro”. Os Comandos “representam uma tradição dentro do Exército português, que é muito acarinhada e que tem correspondido ao longo de muitos anos a uma opção da instituição militar, que foi normalmente apoiada pelo poder político”, frisou.

“São, de certa maneira, uma tropa de elite” e “não haverá ninguém na estrutura militar que esteja hoje tranquilo com o que aconteceu”, acrescentou.

O líder social-democrata sublinhou que estes acidentes “felizmente não são usuais” e nada têm a ver com a natureza da instituição. “Nós esperamos que as causas nos possam dar tranquilidade no futuro, estando na origem de decisões que a instituição militar irá propor, tomar, e tenho a certeza de que o Governo não irá ser um impedimento ou um fator de complicação para isso, acho que o Governo tem agido corretamente nesta matéria”, concluiu.

Jornadas parlamentares

Fazemos compromissos com os portugueses



vencer as nossas dificuldades e de mudar a Europa era cada um assumir as suas responsabilidades... Mais uma vez não é a andar à pedrada aos outros países que se resolve o problema da Europa, não se resolve a cavar o fosso entre norte e sul, este/oeste", defendeu.

Se Portugal voltar a ter um "mal maior", tal acontecerá "em consequência de ato deliberado", pelo que não será aceitável que aconteça por incompetência ou distração. Recordou o período de 2010 que antecedeu o anterior resgate da 'troika' e em que o Governo socialista,

então liderado por José Sócrates, pediu "responsabilidade" aos sociais-democratas para evitar o "mal maior".

O líder do PSD registou que ainda assim "o mal maior acabou por acontecer": "Desta vez, se acontecer qualquer coisa desse tipo, só por consequência de ato deliberado. Quem passou pelo que nós já passámos não pode aceitar que haja qualquer ingenuidade, desatenção, incompetência, distração que permita que uma coisa dessas", frisou.

No encerramento das jornadas parlamentares, em Coimbra, dia 13, Pedro Passos Coelho alertou que não esperem do PSD "uma conversa cínica sobre compromissos". "Não podemos fazer compromissos com quem é revanchista, nós fazemos compromissos com os portugueses e com quem quer fazer realmente compromissos e não com quem nos atira pedras todos os dias. Quem quer compromissos não anda à pedrada, anda a ver com cuidado onde nos podemos entender", assinalou.

Outro tema em que Passos Coelho rejeita "embarcar" são os pedidos para que o PSD apresente propostas em relação ao Orçamento do Estado, sem que seja ainda conhecido o documento. "Não embarcaremos nesta onda que está a ser criada de começarmos a discutir o que não sabemos que vai ser proposto (...) Vamos deixá-los entenderem-se sobre a proposta que vão fazer ao país e nessa altura trataremos de discutir esse futuro mais imediato", defendeu.

O presidente social-democrata manifestou-se crítico das recentes cimeiras que juntaram os países do sul, nas quais o Primeiro-Ministro participou com pompa e circunstância. "Sempre achei que a melhor maneira de





Governo está a “chocar com a realidade”

Numa intervenção precisa, o presidente do PSD fez duras críticas ao atual Governo PS, apoiado no parlamento por BE, PCP e Os Verdes, acusando-o de estar bloqueado e de “chocar” com a realidade. “A solução que hoje governa o país está bloqueada na capacidade de poder executar qualquer reforma que vive do instante, um dia de cada vez, com uma fé inesgotável na capacidade de improvisar”, criticou.

Por outro lado, acusou o Governo de “chocar com a realidade”, ignorando que continuam a existir restrições. “Podemos todos pagar menos impostos, o Estado pode ter uma política social mais generosa, basta que o parlamento assim o decida”, ironizou, contrapondo que, depois, “a realidade não corresponde a essa retórica”.

Passos Coelho lamentou que vários projetos de investimento a nível regional, que estavam previstos pelo anterior executivo PSD/CDS-PP, estejam agora “na gaveta porque não há dinheiro”. “Por que é que não há dinheiro? Porque a maioria decidiu que a reposição dos rendimentos seria feita toda num ano, aumentasse como nunca o imposto sobre combustível e tira-se o pouco dinheiro do investimento público que estava programado”, lamentou.

Finalmente, Passos Coelho pediu aos deputados do PSD que não se preocupem com o debate “do instantâneo” e que o partido terá de fazer a diferença apontando o caminho a seguir no médio e longo prazo. “Não acrescentaremos felicidade se regressarmos aos primórdios – a luta da humanidade foi sempre progredir e não regredir – nós estamos a andar para trás em 2016 e, se em 2017 as opções se mantiverem, não será sinal de progresso, mas de retrocesso”, sublinhou, pedindo ao PSD que mantenha a coerência em termos de princípios e valores: “Não podemos vender a ilusão de que tudo o que temos de fazer melhora a vida de toda a gente. Para isso está o país entregue à solução ideal – procurar não mexer em nada e dar a ilusão de que tudo pode melhorar por obra e graça, as pessoas sabem que não é assim, é connosco que os portugueses sabem que podem contar”.



Barbosa de Melo (1932-2016)

O antigo presidente da Assembleia da República António Barbosa de Melo faleceu dia 7 de setembro, aos 83 anos, no Centro Hospital e Universitário de Coimbra. Foi presidente da Assembleia da República entre novembro de 1991 a novembro de 1995. Investigador e professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, António Moreira Barbosa de Melo foi um dos fundadores do PSD, no qual exerceu diversos cargos nos órgãos nacionais. Integrou a Comissão para a elaboração da lei eleitoral para a Assembleia Constituinte em 1974, da qual foi também Deputado. Exerceu novamente o mandato de Deputado na Assembleia da República nos anos de 1976-1977 e 1991-1999. Foi Presidente da Assembleia da República durante a VI Legislatura (1991-1995) e foi membro do Conselho de Estado.

O antigo Presidente da Assembleia da República e membro do Conselho de Estado foi um dos fundadores do PSD, assumindo-se na política como “um autor e não ator”. Nascido em Penafiel a 2 de novembro de 1932, oriundo de uma família de agricultores, foi investigador e professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. No pós-25 de Abril, contribuiu para o lançamento do Partido Popular Democrático (PPD), participando na elaboração do anteprojeto das linhas programáticas do PSD, no qual exerceu diversos cargos. Barbosa de Melo afastou-se do PSD em 1979 e regressou dois anos depois, sendo então apontada a importância do seu apoio a Francisco Pinto Balsemão. Foi nessa ocasião que afirmou que na política se sentia “autor e não ator”, e durante dez anos recusou várias propostas e figurou em último lugar na lista de candidatos a deputados pelo círculo de Coimbra. Posição diferente teve em 1991, quando liderou a lista do PSD por Coimbra para as eleições legislativas - o que foi interpretado como estando relacionado com a eventual eleição para a presidência da Assembleia da República -, considerando então ter “o dever de dar um contributo”. Participou na elaboração da lei eleitoral para a Assembleia Constituinte em 1974, da qual foi também deputado e em que se bateu pela salvaguarda do pluralismo democrático e pela liberdade económica na Constituição. Exerceu o mandato de deputado no parlamento nos anos de 1976-1977 e entre 1991 e 1999.

Após as eleições legislativas de 1991, que deram a segunda maioria absoluta a Cavaco Silva, presidiu à Assembleia da República, cargo que ocupou até novembro de 1995, continuando depois no parlamento como deputado. Era admirador de Francisco Sá Carneiro e de Mário Soares, que considerava “génios da vida política portuguesa”. Foi, também, um defensor do municipalismo, mas resistia à ideia da criação de regiões administrativas. A nível académico, licenciou-se em Direito em Coimbra em 1959, mas nunca chegou a apresentar uma tese de doutoramento, alegadamente por falta de tempo e por ter quatro filhos para criar. Estava quase sempre em Coimbra, mas retirava-se, de vez em quando, para o mosteiro de Singeverga, onde descansava e refletia. Ascendeu ao Conselho de Estado em 1985, onde permaneceu até 2005, assumindo também a presidência do Conselho Nacional de Educação e do Centro de Estudos e Formação Autárquica.

O presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, expressou hoje a sua “profunda consternação” pela morte do antigo presidente da Assembleia da República António Barbosa de Melo e garantiu que o PSD “nunca esquecerá” a sua dedicação e empenho. O líder social-democrata recorda o fundador do partido como um “cidadão exemplar, jurista de eleição e professor reputado”, considerando que “integra também o grupo restrito daqueles que marcaram, de forma indelével, a construção do novo regime democrático”. “O PSD não esquece hoje, nem nunca esquecerá, o muito que ficou a dever ao empenho, à dedicação e à competência do Professor Barbosa de Melo”, refere, endereçando em seu nome e do partido as condolências à família.

A Assembleia da República aprovou, dia 8 de setembro, um voto de pesar e cumpriu um minuto de silêncio pela morte de António Barbosa de Melo.





Maria Luís Albuquerque em Atenas

“Precisamos de políticos corajosos”

A vice-presidente do PSD Maria Luís Albuquerque lamenta que Portugal esteja atualmente numa situação muito pior do que aquela que “podia e devia”, com vários indicadores económicos em queda, após anos de recuperação económica.

Convidada para estar em Atenas pelo partido grego Nova Democracia e transmitir a sua experiência enquanto ex-ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque falou durante cerca de 20 minutos sobre a sua vivência como governante mas contextualizou também perante algumas centenas de gregos a atual situação política e económica portuguesa.

O país “está pior do que o que podia e devia”, com um “crescimento menor do que no ano passado, as exportações a crescer a um ritmo mais lento e o investimento a cair”, sustentou.

“Não surpreendentemente, a estratégia económica [do atual Governo socialista] não está a corresponder ao prometido”, sublinhou a vice-presidente social-democrata.

Definindo-se como uma “otimista”, Maria Luís Albuquerque lembrou os gregos que o PSD - aliado ao CDS-PP - venceu as eleições do ano passado “após implementar um programa de ajustamento muito difícil, mas sempre dizendo a verdade às pessoas”.

“Precisamos de políticos corajosos que digam a verdade”, prosseguiu.

Sobre o Governo do PS - apoiado por “dois partidos da extrema-esquerda [BE e PCP]”, Maria Luís sublinhou que a reversão de reformas estruturais tem vindo a fazer cair a “confiança e credibilidade” de Portugal, nomeadamente na “imprensa internacional, agências de ‘rating’ ou fazedores de opinião”.

“Bem sei que tudo isto soa demasiado familiar para vocês”, disse, dirigindo-se aos cidadãos helénicos, mas mostrando confiança em ambos os países e na estratégia quer do PSD quer da Nova Democracia.

Maria Luís Albuquerque foi uma das oradoras da conferência “Melhores práticas europeias: uma força motriz para a Grécia” e abordou a “recuperação económica de Portugal”, numa sessão que arrancou com a intervenção do líder da Nova Democracia, Kyriakos Mitsotakis, que no início deste mês esteve na Universidade de Verão do PSD.

PSD quer explicações da ministra da Administração Interna

O PSD quer ouvir no parlamento a ministra da Administração Interna e o presidente demissionário da Autoridade Nacional de Proteção Civil para explicarem a situação e garantirem que o combate aos incêndios não vai ser prejudicado.

Em declarações à Lusa, o vice-presidente da bancada do PSD, Hugo Soares, afirmou que a demissão do presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) surpreendeu por ser numa altura em que o país se encontra fustigado por um conjunto de incêndios que têm alarmado as populações e devastado uma grande parte do território. “Por isso, o PSD considera que a ministra da Administração Interna e o presidente demissionário da ANPC têm que rapidamente dar justificações acerca deste facto. Vamos hoje mesmo apresentar um requerimento com caráter de urgência na Comissão de Assuntos Constitucionais, Liberdades e Garantias para os podermos ouvir acerca da demissão e sobre o que a senhora ministra está a preparar-se para fazer para acautelar o combate aos incêndios”, sublinhou.

Hugo Soares disse ainda que o PSD quer também que Constança Urbano de Sousa “garanta que a ANPC não sofrerá com toda a situação”.

O presidente da ANPC Francisco Grave Pereira apresentou a demissão na segunda-feira, 5 de setembro.



PS abandonou o Interior

A Comissão Distrital do PSD de Castelo Branco acusa o Governo e o PS de não estarem a defender o Interior. O PSD dá como exemplo a decisão sobre os contratos de associação para o ensino, que levou ao encerramento do Instituto de São Tiago, em Proença-a-Nova. “Esta medida governativa é mais um sinal errado que se dá sobre a aposta no Interior. É caso para dizer que este Governo é defensor do Interior no papel, mas centralizador na prática”, lê-se em comunicado.

O documento destaca ainda que apesar do papel que o Instituto de S. Tiago, localizado em Sobreira Formosa, no concelho de Proença-a-Nova, distrito de Castelo Branco, desempenhava pela educação da população daquele concelho e freguesia, acabou por ser um dos 39 estabelecimentos de ensino com contratos de associação aos quais o “Governo das Esquerdas” retirou financiamento. “O Governo da ‘geringonça’ aproveitou para realizar uma mostra da visão demagógica e propagandística que enferma, numa ânsia de levar a sua veia radical ao extremo de nem se importar com as consequências das decisões que toma”, acusam.

Para os sociais-democratas, “a defesa do Interior e de freguesias como a Sobreira Formosa não consta do léxico deste Partido Socialista, partido que lidera os destinos da ‘geringonça’ e do município de Proença-a-Nova”.

Sublinhando que os “proencenses não merecem ser cobaias deste laboratório ideológico”, a distrital critica ainda o que classifica como “passividade” do atual presidente da câmara local e também questiona a posição dos deputados socialistas eleitos pelo círculo de Castelo Branco.

“A juntar à postura e ausência de posição dos senhores deputados socialistas, não podemos deixar de reforçar que o novo presidente demonstrou uma atitude serviçal perante o seu partido”, dizem.

Segundo consideram, “este é um caso de alguém que, por mais anos que tenha de vereação, não captou a essência da defesa do Interior”.

Destacando o exemplo do autarca da Sertã - que optou por assegurar a continuidade do Instituto Vaz da Serra em Cernache de Bonjardim (também no distrito de Castelo Branco) - o PSD endurece as críticas ao autarca do município vizinho. “Não há nada pior do que perceber que a defesa das populações de Proença-a-Nova está entregue a um aprendiz de político, incapaz de se transformar num autarca proativo, mera marioneta do radicalismo ideológico deste Governo da ‘geringonça’”, afirma.

O Instituto de São Tiago, que tinha atualmente nos quadros 17 professores, um psicólogo e oito funcionários, anunciou na última semana que não vai abrir este ano letivo. “Somos daqueles a quem foram retiradas todas as novas turmas em início de ciclo. Sem esta verba que era transferida pelo Estado e as consequências desta redução de apoio, tínhamos muitas dificuldades em continuar a atividade”, afirmou a diretora pedagógica do IST, Francelina Sousa.



Poluição da ETAR de Matosinhos revela incompetência da autarquia

O PSD de Matosinhos responsabilizou a câmara municipal pelo nível de poluição da ETAR da cidade, classificada recentemente como a instalação mais poluente dos recursos hídricos em Portugal. “O PSD de Matosinhos, considera o comunicado da Câmara Municipal de Matosinhos sobre esta matéria uma falácia e, acima de tudo, uma tremenda falta de vergonha para com os seus concidadãos” por “não assumir a responsabilidade pela falha do sistema”, refere comunicado dos sociais-democratas do concelho.

A Associação Sistema Terrestre Sustentável - Zero analisou dados reunidos pela Agência Europeia do Ambiente (EEA na sigla em inglês) para as instalações em Portugal, concluindo que no meio aquático, a Estação de Tratamento de Águas Residuais [ETAR] de Matosinhos é a instalação mais poluente do país.

Para o PSD, “Matosinhos passará a ter a ETAR mais cara do país, num investimento de 16 milhões de euros, por inépcia, incompetência e inaptidão da Câmara Municipal de Matosinhos, quando em 1999 não soube, nem quis, ter agarrado os fundos comunitários à disposição para criar uma verdadeira ETAR, com pelo menos, os dois sistemas de tratamento”.

O PSD/Matosinhos destaca ainda que desde 1999 que “alertou e apelou veementemente para que a ETAR não contemplasse apenas o tratamento primário (...) e fosse integrada pelo menos com o tratamento secundário”. “Em momento algum a autarquia demonstrou interesse na instalação do sistema de tratamento secundário”, criticam os sociais-democratas, recordando que durante 16 anos o vereador do Ambiente foi o atual presidente do município, Guilherme Pinto, que nada fez e “perpetuou este crime ambiental durante décadas”.

O PSD diz ainda que a Câmara Municipal de Matosinhos faltou à verdade ao “omitir o verdadeiro argumento” que levou ao projeto de ampliação da ETAR. “Foram obrigados pelo Tribunal de Justiça da União Europeia a fazer a obra. Não foi por iniciativa própria”, explicou à Lusa Carlos Sousa Fernandes, presidente da concelhia do PSD de Matosinhos.

Num acórdão divulgado em meados de junho, o Tribunal de Justiça da União Europeia (UE) condenou Portugal, além do pagamento da quantia fixa de três milhões de euros, a uma sanção pecuniária compulsória de 8.000 euros por dia de atraso no cumprimento da diretiva relativa ao tratamento das águas residuais urbanas, em Vila Real de Santo António (Algarve) e Matosinhos.



Escolas de Valongo estão excluídas do acesso a fundos comunitários



O grupo parlamentar do PSD questionou o Ministério da Educação sobre as razões que levaram à exclusão das escolas secundárias de Ermesinde e Valongo do mapa de infraestruturas da educação a serem intervencionadas no âmbito do Portugal 2020.

“O Governo deverá explicar a razão pela qual a Escola Secundária de Ermesinde e a Escola Secundária de Valongo não integram a lista de estabelecimentos de ensino a intervir, pediu o vice-presidente do grupo parlamentar Miguel Santos.

O líder da concelhia do PSD de Valongo defende, em comunicado, “urgência e necessidade de intervenção” nas duas escolas que, sendo afastadas deste processo de reabilitação, verão adiada ou suspensa por três anos “uma obra essencial à comunidade educativa local”. “Pela urgência e necessidade de intervenção, e pelo facto de as duas Escolas Secundárias, de Ermesinde e de Valongo, constarem da listagem de intervenções previstas no mapeamento da Área Metropolitana do Porto, e agora afastadas deste processo, o PSD considera necessário um rápido e cabal esclarecimento para tal ausência”, refere.

Em causa estão apoios de fundos comunitários 2020 a infraestruturas que, segundo estabelecido no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, devem ser alvo de um mapeamento prévio consoante as necessidades de intervenção.

No que diz respeito à Área Metropolitana do Porto, e segundo o grupo parlamentar do PSD, o “Mapeamento de Infraestruturas da Educação” previa a intervenção em 52 escolas, incluindo as secundárias de Valongo e Ermesinde que deixaram de constar do despacho publicado em Diário da República de 02 de setembro que identifica as infraestruturas de educação a serem intervencionadas para efeitos de requalificação e modernização.



Luís Montenegro nas jornadas parlamentares do PSD

“Governo das esquerdas falhou em toda a linha”

O líder parlamentar do PSD desafiou as forças políticas que apoiam o Governo a “chegarem-se à frente” e apresentarem a proposta de Orçamento do Estado para 2017, se necessário antes do prazo limite de 15 de outubro. “Nada obriga a que se esgote o prazo, já que o PS, PCP e BE estão tão entusiasmados podem antecipar a apresentação do Orçamento, não há problema nenhum”, desafiou Luís Montenegro, na abertura das jornadas parlamentares do PSD, na segunda-feira, em Coimbra.

O presidente do grupo parlamentar social-democrata considerou não fazer sentido a pergunta sobre o que vai o PSD fazer em relação ao próximo Orçamento do Estado.

Luís Montenegro deixou uma crítica específica a Bloco e PCP: “A deputada Catarina Martins parece que se arrepende todos os dias de fazer parte desta solução, mas é um elemento chave; o deputado Jerónimo de Sousa também diz que não tem nada a ver com o Governo mas o OE é aprovado por ele e vai continuar a ser”.

Por essa razão, Luís Montenegro classificou como uma “hipocrisia política enorme pedir nesta fase que o PSD diga quais são as suas propostas para o orçamento” por aqueles que todos os dias “desfazem de alto a baixo” a política económica do anterior executivo. “O que querem dizer com isto? Que vão fazer ‘mea culpa’? Que vão agora decidir tudo ao contrário? Então como se diz em bom português cheguem-se à frente, digam eles aquilo a que querem vir, digam ao país as principais medidas que vão estar inscritas no Orçamento e mostrem que elas são viáveis (...) O país não precisa da hipocrisia nem do jogo político das palavras”, afirmou.

No início da intervenção, Luís Montenegro recuperou “a forma muito atribulada” como começou a sessão



legislativa, que termina esta semana. “Nunca antes um partido que nas urnas foi claramente derrotado tinha tido a possibilidade de ainda assim cumprir o seu programa de governo adaptado aqui e acolá a três outros programas também eles negados pelo eleitorado”, disse.

Lamentou ainda que este Governo tenha seguido uma política que “desrespeitou o enormíssimo esforço que os portugueses famílias e empresas fizeram nos últimos anos” e deixou um diagnóstico a partir dos indicadores económicos já conhecidos. “O governo das esquerdas falhou, falhou em toda a linha”, acusou, dando como exemplo o crescimento económico que está em metade do previsto e dizendo que o Governo nem sequer se pode ‘desculpar’ com qualquer fator externo.

A este propósito, Luís Montenegro lembrou a situação de Espanha, sem Governo há nove meses, e com uma economia mais dinâmica. “Mais vale ter um Governo que não tenha a plenitude de funções do que ter um que tenha a plenitude e estrague aquilo que está feito”, ironizou.

O líder parlamentar do PSD voltou a questionar a importância que o Governo e os partidos que o sustentam vejam agora no cumprimento da meta do défice a sua “tábua de salvação”: “O doutor António Costa, a deputada Catarina Martins e o deputado Jerónimo de Sousa são hoje o rosto da política do défice, vivem para o défice”.

Nestas jornadas, que decorrem sob o lema “Levar Portugal a sério”, Luís Montenegro traçou como objetivo para o partido no futuro obter “um reforço eleitoral que dê condições de governabilidade e estabilidade para um processo não de arrumar a casa mas de projetar um futuro com mais oportunidades e crescimento”.

“Sonsice” de quem pede propostas ao PSD

O líder parlamentar do PSD acusa de “sonsice” e hipocrisia quem pede aos sociais-democratas que apresentem propostas para o Orçamento do Estado, desafiando o PS a dizer se aceita incluir no documento as preocupações económico-financeiras do PSD. Luís Montenegro considera “premature” fechar já a estratégia orçamental do PSD, mas fez questão de lembrar que a base da política económica e financeira do atual Governo é “a antítese” das ideias do PSD nesta matéria. “Chega a ser um bocadinho hipócrita, chega a haver alguma sonsice que aqueles que criticam de alto a baixo as propostas do PSD agora parecem estar à espera que o PSD vá alterar o que quer que seja no OE”, afirmou Montenegro.

Para o líder parlamentar social-democrata, “a questão pode ser posta ao contrário”, desafiando o PS a dizer se vai aceitar algumas das orientações do PSD: “O PS vai deixar de fazer reversões? Vai baixar o IRC como se tinha comprometido connosco? Vai deixar de centrar a carga fiscal nos impostos sobre os combustíveis? Vai reintroduzir o quociente familiar?”

“É o próprio Primeiro-Ministro quem se esforça praticamente todos os dias por assinalar essas diferenças, quer na prática, com as reversões que tem feito, quer com a crítica acirrada às propostas do PSD”, alertou, reiterando que “este é o tempo de o Governo e dos partidos que o apoiam apresentarem a sua proposta” orçamental na Assembleia da República.

O líder parlamentar do PSD contrariou ainda a ideia de que uma eventual não apresentação de propostas na discussão do OE desvalorize a participação do partido neste processo, sublinhando que, no último debate orçamental, mesmo sem propostas, “o PSD foi o partido que fez mais intervenções”. Se em matéria de OE não deverão sair propostas das jornadas do PSD, o líder parlamentar promete, contudo, iniciativas concretas em matérias como educação, arrendamento, investimento ou política florestal. “Tentaremos aprofundar o que têm sido os efeitos da falta de investimento que é hoje talvez o elemento indicador económico mais prejudicial”, disse.

As jornadas parlamentares do PSD arrancaram segunda-feira, com uma visita ao agrupamento de Escolas Infante D. Pedro, em Penela (Coimbra), estando a sessão



de abertura marcada para as 15h00, com intervenções do presidente do grupo parlamentar do PSD, Luís Montenegro, e do presidente da Comissão Política Distrital de Coimbra, Maurício Marques. O primeiro painel do dia foi dedicado à educação e o segundo, à coesão territorial.

“Esperteza saloia” de António Costa

Luís Montenegro acusou o Primeiro-Ministro de distração e “esperteza saloia”, depois de António Costa ter dito no domingo que o aumento de colocações no ensino superior representa a “morte do modelo de desenvolvimento” da direita. “O Primeiro-Ministro anda francamente muito distraído e revela em cada passo que intervém, sobretudo dirigido à oposição e ao PSD, uma manifesta dose de esperteza saloia, é o que acontece

do anterior executivo PSD/CDS-PP, apontando dados como o crescimento abaixo do previsto ou o decréscimo de investimento público. “No meio de tudo isto António Costa transformou-se no guardião do objetivo de ter défice de 3 por cento, entusiástico da deputada Catarina Martins e do deputado Jerónimo de Sousa, nada mais interessa”, criticou.

Novamente questionado se o PSD vai abdicar de apresentar propostas no âmbito do Orçamento do Estado de 2017, Luís Montenegro reiterou que é “o Governo das esquerdas” que tem responsabilidade de apresentar esse documento, tanto mais que conta “com a cooperação da Assembleia da República, da União Europeia e do Presidente da República”. “O doutor António Costa não quer as propostas do PSD para nada, a não ser para distrair as atenções dos resultados económicos, mas nós não vamos dar esse brinde ao doutor António Costa”, assegurou.



nesses casos”, afirmou Luís Montenegro, à margem de uma visita ao agrupamento de escolas Infante Dom Pedro, em Penela (distrito de Coimbra).

De acordo com o presidente do grupo parlamentar social-democrata, 2016 é o terceiro ano consecutivo em que aumenta o número de acessos ao ensino superior. “O primeiro-ministro diz que o crescimento deste ano tem a ver com a recuperação económica do país. ‘Voi-lá’, o primeiro-ministro percebeu três anos depois que em 2014, 2015 e, por via dessa dinâmica também em 2016, as condições económicas foram melhorando. Ele tem razão, só não tem razão em dizer que só aconteceu este ano”, afirmou.

Luís Montenegro disse estar, contudo, preocupado por o atual Governo “não ter dado sequência ao trabalho”

No final da visita ao agrupamento de escolas de Penela, um estabelecimento público, Luís Montenegro sublinhou que o partido não tem qualquer tabu em relação à escola pública, vincando que tanto se pode prestar serviço público nas escolas estatais e noutras que não são propriedade do Estado. “O que esperamos é que a abertura do ano escolar possa ser no mínimo tão boa como no ano passado mas que o decurso do ano não seja tão mau como o anterior”, sublinhou Montenegro, que considerou que no passado ano letivo foi o Governo que trouxe instabilidade às escolas com as reversões e mudanças introduzidas na avaliação de professores e alunos.

“Não é a comunidade escolar que tem acrescentado instabilidade ao funcionamento da escola, infelizmente tem sido o Governo”, disse.

“Governo das esquerdas é o governo do défice”

O líder parlamentar do PSD acusa o Governo socialista e todos os seus “cúmplices” (BE, PCP e PEV) de protagonizarem políticas assentes na meta do défice orçamental. “Este Governo das esquerdas prometeu e falhou e, como que por ironia, transformou-se, é hoje, o Governo do défice. O Governo do PCP, BE, PS, é - pasme-se - o Governo do défice. Sabemos que este Governo, aqueles que o apoiam, seus apaniguados e cúmplices das políticas, têm uma nova divisa - o défice, é o princípio e fim de toda a política do Governo”, afirmou Luís Montenegro.

Na reunião da comissão permanente da Assembleia da República, quinta-feira, o deputado social-democrata aconselhou socialistas, bloquistas, comunistas e ecologistas a se deixarem de “truques”, “habilidades”. “Têm de governar. Não é só ‘geringonçar’, sobreviver. Governar é decidir e devia ser cumprir e não é”, declarou o presidente do grupo parlamentar do PSD, defendendo que PS, BE, PCP e PEV disfarçam a realidade “com conversa fingida”, “hipocrisia” e “sonsize”, pois “uns dias Catarina [Martins] simula arrependimento, uns dias Jerónimo [de Sousa] simula nada ter a ver com o Governo e noutros, [António] Costa clama pelas propostas de PSD, aquelas que sempre rejeitou, ignorou e está a reverter”.

Luís Montenegro citou ainda declarações da véspera do primeiro-ministro, em visita ao Brasil, classificando-as como “um supremo descaramento”. “Disse que ia repor as pensões que o Governo do PSD e do CDS tinha cortado. Que grande falsidade! Já não há corte de pensões em Portugal desde 2014 e já não há pensões mínimas, sociais e rurais congeladas desde 2011... Agora é que quer vir dizer que não vai cortar!”, questionou.

O líder parlamentar iniciara o discurso afirmando que “o tempo já não é de fazer previsões, é já de apurar alguns resultados, intercalares, mas factuais”.

“O Governo das esquerdas prometeu mais crescimento na economia. Estamos a crescer menos do que no ano passado e muito menos do que prevê o orçamento para 2016. Mas não há problema, o primeiro-ministro já disse que o défice vai ficar abaixo de 3%, à volta de 2,5%”, ironizou.



Luís Montenegro pautou a sua intervenção pela repetição da frase de que “tudo se vai resolver, porque o défice de 2016 vai ficar abaixo de 3%, mais ou menos,

quicá à volta de 2,5%”, referindo os dados negativos de menos exportações, menos investimento, mais dívida e menos consumo.

Bombeiros não podem ser prejudicados na carreira



O PSD questionou quinta-feira, 8 de setembro, o Governo sobre que medidas tomará para impedir que os bombeiros voluntários que tiveram faltas, por estarem a combater fogos, não vejam a sua carreira pública e avaliação prejudicadas.

De acordo com um requerimento dos deputados do PSD a que a Lusa teve acesso, que cita uma notícia de hoje do Jornal de Notícias, “o Governo não terá excecionado e acautelado a dispensa de funcionários públicos que prestam serviço voluntário em diversas corporações de bombeiros durante a época de incêndios”.

Nesse sentido, os parlamentares questionam se “está o Governo disponível para avaliar junto das corporações de bombeiros o impacto destes impedimentos na capacidade de mobilização de pessoal voluntário para prestar serviço ao longo da época de incêndios”.

Segundo o PSD, “centenas de bombeiros que são funcionários públicos combateram o fogo apenas durante os períodos noturnos, ou pós-laboral, sendo obrigados a apresentar-se no local de trabalho logo pela manhã, muitas vezes após uma noite inteira de combate ao fogo, a centenas de quilómetros de casa”.

O PSD pretende ainda saber se o Governo pretende “alterar o modelo de combate a incêndios, em particular o modelo de corporações de bombeiros voluntários, fazendo-os substituir por bombeiros exclusivamente profissionais”.



“Desertificação não pode ser uma fatalidade”

O candidato do PSD/Açores a presidente do governo regional pretende “devolver a esperança” às populações das “terras pequenas”, alegando que o processo de desertificação em várias ilhas não pode ser uma “fatalidade”. “Quero ter oportunidade de parar com esta desertificação que se verifica em muitas das nossas terras pequenas. Preciso de uma oportunidade para mostrar que há esperança e que as coisas não têm que ser assim. Vamos fazer diferente na defesa das nossas pequenas terras”, afirmou Duarte Freitas, na apresentação dos candidatos do PSD pela ilha de São Jorge às eleições de 16 de outubro.

O líder dos social-democratas açorianos lembrou que nasceu e cresceu numa “terra pequena”, o que faz constitui uma oportunidade para os eleitores das ilhas mais pequenas nas próximas eleições: “Os jorgenses, as pessoas do Triângulo e os açorianos têm uma oportunidade única de elegerem para presidente do governo alguém que conhece, como nenhum outro político, os problemas das terras pequenas”.

Duarte Freitas, que falava dia 8, no Centro Social de Lourais, um lugar do concelho da Calheta que chegou a ter 400 habitantes e onde atualmente apenas vivem 23 pessoas, garantiu que pretende “fazer diferente para que as terras pequenas não continuem a desmorronar-se, como tem acontecido nos últimos 20 anos de governação socialista”. “Cada vez que se fecha um posto de saúde ou uma escola e se vira as costas a uma casa do povo, está a fazer-se desmorronar uma pequena terra. Foi isso que aconteceu, de forma dramática, na ilha de São Jorge com o fecho das cooperativas, das escolas e dos postos de saúde”, sublinhou o candidato do PSD/Açores a presidente do governo.

Também o cabeça de lista social-democrata por São Jorge, António Pedroso, alertou para a desertificação da ilha, “para a qual esta governação socialista de 20 anos não encontrou solução”. “Necessitamos de uma governação que dê mão aos jovens para iniciar a sua empresa, mas que os deixe seguir o rumo”, disse.

António Pedroso considerou que a ilha de São Jorge “não precisa de obras de luxo, mas sim de investimentos estruturantes, que facilitem a vida aos empresários, que façam os jovens acreditarem nesta ilha e quererem ficar cá”.

O cabeça de lista social-democrata por São Jorge acrescentou que as eleições de 16 outubro são “uma oportunidade única de termos como presidente do governo dos Açores alguém nascido no Triângulo e um político que conhece profundamente a realidade das ilhas pequenas”.

PS “não merece ganhar as eleições”

O cabeça de lista do PSD pelo círculo do Faial nas eleições legislativas de 16 de outubro afirmou que o PS, que gere os destinos da Região há 20 anos consecutivos, “não merece” voltar a ganhar as eleições. Carlos Ferreira, 40 anos, oficial de polícia, quer deixar a farda da PSP para poder dar o seu “contributo” político na defesa da ilha que o viu nascer, que no seu entender tem sido vítima de “esvaziamento” por parte do atual Governo socialista. “Temos constatado que os representantes do partido que apoia o Governo há 20 anos (PS), eleitos pelo Faial, se renderam por completo, e assistem de forma cúmplice e silenciosa, ao esvaziamento desta ilha”, lamentou o candidato social-democrata.

Segundo Carlos Ferreira, os deputados do PS eleitos pelo Faial sempre defenderam o governo regional, mesmo quando o executivo tomava medidas “prejudiciais” para a ilha, atitude que considera configurar um “atropelo inaceitável” em relação aos compromissos assumidos junto dos eleitores. “Essa postura, que já vem de há muitos anos, tem prejudicado de forma grave o desenvolvimento da nossa ilha”, acrescentou o cabeça de lista do PSD, insistindo que, perante tudo isto, “o PS não merece ganhar as eleições no Faial”.

Carlos Ferreira, que durante vários anos assumiu o comando da Esquadra da PSP na Horta, lamentou, por outro lado, que tanto se tenha falado publicamente sobre a sua profissão, desde que decidiu candidatar-se a deputado, na qualidade de independente. “Não dependo da política e isso chateia muita gente. Mas entendo que tenho o dever de procurar fazer algo mais pela nossa ilha”, explicou o candidato, acrescentando que no dia que os faialenses entenderem que já não é “útil”, enquanto representante do povo, regressará à sua atividade profissional.

O cabeça de lista do PSD elegeu a ampliação da pista do Aeroporto da Horta como a sua principal prioridade nestas eleições, por se tratar de uma obra estruturante para a economia da ilha, já que irá permitir aumentar as margens de segurança, reduzir as penalizações no transporte de carga e passageiros e permitir a operação de voos fretados. “O essencial neste processo é a assunção da decisão e a liderança política do governo regional, comprometendo, subsequentemente, o Governo da República, por um lado, e a ANA (agora adquirida pela VINCI), por outro, num processo partilhado e com candidatura a fundos comunitários”, sublinhou.

O círculo do Faial elege quatro deputados à Assembleia Legislativa dos Açores.





povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA N.º 1026 • 21 DE JUNHO 1995 • PREÇO 100\$00

Fernando Nogueira alerta para miragem do PS

Rosa socialista só terá espinhos 6



Governo disponibiliza 170 milhões de contos para a criação de 32 mil empregos

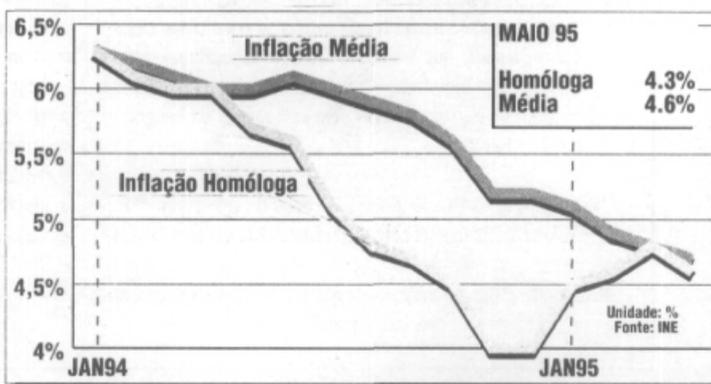
Inflação voltou a descer

A inflação voltou a desacelerar em Maio, batendo um novo mínimo com uma taxa média anual de 4,6%, de acordo com os últimos valores do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) divulgados pelo INE. Este é o quarto mês consecutivo em que a inflação média caiu uma décima, mantendo assim uma caminhada gradual até ao objectivo governamental para 1995.

A taxa de inflação homóloga também conheceu uma nova queda (de 0,3 pontos face ao mês anterior), situando-se agora nos 4,3%. Tal como no mês passado, este comportamento positivo deve-se sobretudo à desaceleração dos preços dos produtos alimentares (classe que ainda pesa bastante no cálculo do IPC), estando estes agora a evoluir a um ritmo de 4,2%, quando nos meses de Abril e de Março a taxa de crescimento situava-se, respectivamente, nos 5,3% e nos 5,7% — a variação mensal de Maio foi inclusivamente negativa (-0,7%).

Com a inflação homóloga a cair pelo segundo mês consecutivo, o Ministério das Finanças acredita que, «mantendo-se esta tendência, o objectivo para 1995, será atingido ainda a meio do ano», afirmou uma fonte oficial.

Com efeito, a inflação média está já a uma décima do limite superior do intervalo definido pelo Governo (3,5%-4,5%) e a 0,6 pontos do valor que serviu de base à elaboração do Orçamento do Estado.



CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**ÁGUAS SANTAS/PEDROUÇOS /NÚCLEO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Águas Santas/Pedrouços para reunir no próximo dia 04 de Outubro de 2016, (terça-feira), pelas 21h00, no Auditório do Espaço Municipal da Casa do Alto – Pedrouços, sita na Rua António Simões, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1.- Informações gerais
- 2 - Análise da situação política.
- 3.- Outros assuntos.

ARMAMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Armamar para reunir no próximo dia 23 de Setembro de 2016, (sexta-feira), pelas 21h00, no Salão Paroquial, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1.- Informações
- 2 - Análise da situação política.
- 3.- Outros assuntos.

CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cabeceiras de Basto para reunir no próximo dia 07 de Outubro de 2016, (sexta-feira), pelas 21h00, na sede - Quinchoso, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Análise da situação política.
- 2.- Outros assuntos.

CANELAS / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Canelas – Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 15 de Outubro de 2016, (sábado) pelas 17h00 na sede da secção, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323 – Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da secção, ao Presidente da Comissão Política do Núcleo, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- A sede da secção estará aberta, todos os dias, entre as 17h00 e as 21h00, no último dia das 21h00 às 24h00

- As urnas estão abertas das 17h00.às 20h00

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves para reunir no próximo dia 30 de Setembro de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Avenida Tenente Valadim, 47 E, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Análise da situação política
- 2 – Outros Assuntos

ENTRONCAMENTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção do Entroncamento, para reunir no próximo dia 23 de Setembro de 2016 (sexta-feira) pelas 20h30, na sede, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política local e nacional

ÉVORA / DISTRICTAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Distrital de Évora, para reunir no próximo dia 22 de Setembro de 2016 (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48 com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política
- 3 – Outros assuntos

LOUROSA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Lourosa para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 22 de Setembro de 2016 (quinta-feira), pelas 21h30, na sala polivalente do edifício da Junta de Freguesia de Lourosa, sita na Rua Padre Amorim com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação político-partidária
- 3 – Outros assuntos de interesse

PEDROSO / SEIXEZELO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo da União de Freguesias de Pedroso/Seixezelo, para reunir no próximo dia 15 de Outubro de 2016 (sábado), na sede da Junta de Freguesia de Pedroso/Seixezelo, sita na Rua Paúl de Pedroso nº 22, com a seguinte

Ordem de trabalho:

Ponto único - Eleição do Núcleo de Pedroso/Seixezelo

NOTAS

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente do Núcleo ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede da secção, sita à rua Dr. Francisco Sá Carneiro 1323 - Vila Nova de Gaia até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- A sede estará aberta todos os dias úteis entre as 17h00 – 21h00

- As urnas estão abertas das 15h00 às 19h00.

PORTO / DISTRICTAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do Porto, para reunir, no próximo dia 19 de Setembro de 2016, (segunda-feira), pelas 21h00, na FÁBRICA DE SANTO THYRSO, sita na Rua Dr. Oliveira Salazar, 88 – Santo Tirso, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações gerais
- 2 - “Ouvir para Agir” – Uma Agenda para o distrito
- 3 - Eleições Autárquicas de 2017
- 4 - Outros assuntos

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção do Porto, para reunir, no próximo dia 22 de Setembro de 2016 (quinta-feira), pelas 21h30 no auditório da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos – Pólo de Massarelos, sito na Rua do Campo Alegre, 244, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação Política

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Santa Maria da Feira para reunir, em sessão ordinária no próximo dia 23 de Setembro de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00 na sede, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º18, seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política.

SEVER DO VOUGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sever do Vouga para reunir no próximo dia 22 de Outubro de 2016, (sábado) pelas 18h00, na sede, sita na Rua do Casal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1.- Informações
- 2 - Análise da situação política partidária

SESIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sesimbra para reunir no próximo dia 03 de Outubro de 2016, (segunda- feira) pelas 21h30, na sede, sita na Rua da República, 20 - 1º Esq. – Sesimbra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1.- Análise da actividade autárquica
- 2.- Situação política nacional
- 3 – Informações

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Sintra para reunir no próximo dia 29 de Setembro de 2016 (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Mário Costa Ferreira Lima, nº. 3, - Portela de Sintra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política

TERRAS DO BOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Terras do Bouro, para reunir no próximo dia 14 de Outubro de 2016, (sexta-feira) pelas 18h00 na sede da Junta de Freguesia de Moimenta, sita na Av. Dr. Paulo Marcelino, 87 – 2º Frente – Terras do Bouro, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Eleição da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da secção, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- A sede estará aberta, nesse dia, entre as 22h00 e as 24h00

- As urnas estão abertas das 18h00.às 21h00

TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Novas, para reunir no próximo dia 30 de Setembro de 2016 (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua General António César de Vasconcelos Correia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Leitura e votação da acta da Assembleia anterior
- 2 - Análise da situação política nacional e local
- 3 – Preparação Autárquicas 2017
- 4 – Análise do Relatório Avaliação Patrimonial/Estado físico da sede

ração de duas horas, pelo que as urnas estarão abertas entre as 21h00m e as 23 horas.

FREIXO DE ESPADA À CINTA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Freixo de Espada à Cinta, para reunir no próximo dia 14 de outubro de 2016 (sexta), pelas 21 horas, na Sede da JSD de Freixo de Espada à Cinta, sita na Rua de S. Francisco, nº 3, em Freixo de Espada à Cinta, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Delegados Concelhios de Bragança ao Congresso Distrital da JSD de Bragança.

Notas: as listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (11 de outubro), na Sede Concelhia supracitada. O ato eleitoral terá a duração de duas horas, pelo que as urnas estarão abertas entre as 21h00m e as 23 horas.

MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Macedo de Cavaleiros, para reunir no próximo dia 14 de outubro de 2016 (sexta), pelas 21 horas, na Sede da JSD de Macedo de Cavaleiros, sita na Rua Clara Vaz, 1 - 2º Esq., em Macedo de Cavaleiros, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Delegados Concelhios de Bragança ao Congresso Distrital da JSD de Bragança.

Notas: as listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (11 de outubro), na Sede Concelhia supracitada. O ato eleitoral terá a duração de duas horas, pelo que as urnas estarão abertas entre as 21h00m e as 23 horas.

MIRANDA DO DOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Miranda do Douro, para reunir no próximo dia 14 de outubro de 2016 (sexta), pelas 21 horas, na Sede da JSD de Miranda do Douro, sita na Rua da Trindade, s/nº - Edif. Patrício, em Miranda do Douro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Delegados Concelhios de Bragança ao Congresso Distrital da JSD de Bragança.

Notas: as listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (11 de outubro), na Sede Concelhia supracitada. O ato eleitoral terá a duração de duas horas, pelo que as urnas estarão abertas entre as 21h00m e as 23 horas.

MIRANDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Mirandela, para reunir no próximo dia 14 de outubro de 2016 (sexta), pelas 21 horas, na Sede da JSD de Mirandela, sita na Av. 25 de Abril, 273 - Subloja Esq., em Mirandela, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Delegados Concelhios de Bragança ao Congresso Distrital da JSD de Bragança.

Notas: as listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (11 de outubro), na Sede Concelhia supracitada. O ato eleitoral terá a duração de duas horas, pelo que as urnas estarão abertas entre as 21h00m e as 23 horas.

MOGADOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Mogadouro, para reunir no próximo dia 14 de outubro

de 2016 (sexta), pelas 21 horas, na Sede da JSD de Mogadouro, sita na Av. do Sabor, em Mogadouro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Delegados Concelhios de Bragança ao Congresso Distrital da JSD de Bragança.

Notas: as listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (11 de outubro), na Sede Concelhia supracitada. O ato eleitoral terá a duração de duas horas, pelo que as urnas estarão abertas entre as 21h00m e as 23 horas.

TORRE DE MONCORVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Torre de Moncorvo, para reunir no próximo dia 14 de outubro de 2016 (sexta), pelas 21 horas, na Sede da JSD de Torre de Moncorvo, sita no Largo General Claudino, 21-1, em Torre de Moncorvo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Delegados Concelhios de Bragança ao Congresso Distrital da JSD de Bragança.

Notas: as listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (11 de outubro), na Sede Concelhia supracitada. O ato eleitoral terá a duração de duas horas, pelo que as urnas estarão abertas entre as 21h00m e as 23 horas.

VILA FLOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Vila Flor, para reunir no próximo dia 14 de outubro de 2016 (sexta), pelas 21 horas, na Sede da JSD de Vila Flor, sita na Rua da Fonte Romana, nº 14, em Vila Flor, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Delegados Concelhios de Bragança ao Congresso Distrital da JSD de Bragança.

Notas: as listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (11 de outubro), na Sede Concelhia supracitada. O ato eleitoral terá a duração de duas horas, pelo que as urnas estarão abertas entre as 21h00m e as 23 horas.

VIMIOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Vimioso, para reunir no próximo dia 14 de outubro de 2016 (sexta), pelas 21 horas, na Sede da JSD de Vimioso, sita no Largo da Misericórdia, 17, em Vimioso, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Delegados Concelhios de Bragança ao Congresso Distrital da JSD de Bragança.

Notas: as listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (11 de outubro), na Sede Concelhia supracitada. O ato eleitoral terá a duração de duas horas, pelo que as urnas estarão abertas entre as 21h00m e as 23 horas.

VINHAI

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Vinhais, para reunir no próximo dia 14 de outubro de 2016 (sexta), pelas 21 horas, na Sede da JSD de Vinhais, Largo do Arrabalde, n.º 17, em Vinhais, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição dos Delegados Concelhios de Bragança ao Congresso Distrital da JSD de Bragança.

Notas: as listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (11 de outubro), na Sede Concelhia supracitada. O ato eleitoral terá a duração de duas horas, pelo que as urnas estarão abertas entre as 21h00m e as 23 horas.



ELEIÇÃO DOS DELEGADOS TSD À ASSEMBLEIA DISTRITAL DE BRAGA DO PPD/PSD

CONVOCATÓRIA

Nos termos estatutários e correspondentes regulamentos eleitorais, convocam-se os militantes inscritos nos TSD e simultaneamente militantes do Partido, no Distrito de Braga, para a **eleição dos 21 Delegados** à Assembleia Distrital de Braga do Partido Social Democrata (PPD/PSD).

A eleição terá lugar no dia **14 de Outubro**, no Largo Senhora-a-Branca nº116 na cidade de Braga, **entre as 18h00 e as 20h00**, período em que as urnas estarão abertas para cumprir a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

*Ponto Único – Eleição dos Delegados dos TSD
à Assembleia Distrital de Braga do PPD/PSD*

A(s) lista(s) completa(s) deve(m) ser entregue(s) até às 22h00 do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral no Largo Senhora-a-Branca nº116 na cidade de Braga, ao cuidado da Mesa da Assembleia Distrital de Braga dos TSD.

Braga, 12 de Setembro de 2016

A Mesa da Assembleia Distrital

Armário João Ferreira Santos (Presidente)



REGULAMENTO CONGRESSO DISTRITAL DE BRAGANÇA DA JSD

CAPÍTULO 1 | DO PRESENTE REGULAMENTO

Artigo 1.º (Objeto)

O presente Regulamento visa dar cumprimento ao disposto nas alíneas a) e b) do artigo 3.º, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais, disciplinando o funcionamento do Congresso Distrital de Bragança da JSD.

Artigo 2.º (Definição)

O Congresso Distrital é o órgão máximo representativo de todos os militantes da JSD, inscritos na circunscrição territorial distrital, conforme definido nos estatutos da JSD.

CAPÍTULO 2 | DO CONGRESSO DISTRITAL E SEUS MEMBROS

Artigo 3.º (Competências)

É da responsabilidade do Congresso Distrital:

- A eleição da Mesa do Conselho Distrital/Mesa do Congresso Distrital bem como da Comissão Política Distrital;
- A definição da política e linhas gerais de atuação dos órgãos distritais, através da aprovação de moções de estratégia global e de moções sectoriais.

Artigo 4.º (Composição e Direitos de Voto)

- Compõem o Congresso Distrital, com direito a voto
 - O Presidente e o Secretário-Geral da Comissão Política Distrital, regularmente eleita e em exercício de funções;
 - Os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias regularmente eleitas e em exercício de funções, com a possibilidade de delegação prevista na alínea b), do artigo 27.º, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD, exercida mediante entrega da respetiva ata à Mesa do Congresso Distrital até ao início dos trabalhos;
 - 50 – Representantes das estruturas concelhias, denominados Delegados Residenciais, eleitos nos termos do artigo seguinte.
- São ainda membros do Conselho Distrital, ainda que sem direito de voto:
 - A Mesa do Conselho Distrital, que será também a Mesa do Congresso Distrital;
 - Os membros da Comissão Política Distrital;
 - Os membros do Conselho Distrital mencionados nas alíneas e), f), g), h), i), j), k) e l) do artigo 4.º, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais.
- A qualidade em que um Membro participa no Congresso Distrital é imutável durante o decurso do mesmo.
- Competirá à Mesa do Conselho Distrital verificar a existência do quórum, designadamente verificando a qualidade dos presentes.

Artigo 5.º (Eleição de Delegados Residenciais e Elaboração do Rateio)

- A eleição dos Delegados Residenciais atribuídos a cada Concelhia através da aplicação do Método de Hondt, após atribuição automática de 1 delegado a cada Concelhia, assegurando-se o disposto no n.º 3, do artigo 27.º, dos Estatutos Nacionais da JSD no que respeita ao número mínimo 15 militantes inscritos, para que se considere uma unidade territorial municipal como Concelhia da JSD, rege-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral com as seguintes ressalvas:
 - As eleições dos Delegados são marcadas pela Mesa do Conselho Distrital e convocados pelo seu Presidente;
 - Os atos eleitorais deverão ocorrer com a maior simultaneidade possível;
 - Até ao 5º dia posterior à publicação das convocatórias, o Presidente da Comissão Eleitoral Independente da JSD remeterá à Mesa do Conselho Distrital a indicação do número de militantes de cada concelhia da região.
 - Com base nesta indicação, a Mesa procederá ao rateio pelas concelhias e, até ao décimo dia posterior à publicação da convocatória, comunicará ao Presidente da CEI da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios o número de delegados a eleger em cada concelhia, admitindo-se para este efeito o uso dos meios de

comunicação eletrónica oficialmente inscritos nos serviços da JSD.

- Caso alguma concelhia não proceda à eleição dos seus delegados por qualquer motivo serão os seus delegados redistribuídos tendo por base o mesmo critério.

Artigo 6.º (Direitos dos Membros)

Constituem direitos dos Membros do Congresso Distrital:

- Apresentar requerimentos, propostas e moções sectoriais;
- Apresentar moções de estratégia global nos termos do Presente Regulamento;
- Interpelar e pedir esclarecimentos à Mesa do Congresso;
- Participar nas discussões e votações;
- Interpelar os órgãos Distritais;
- Usar do direito de resposta, quando visados;
- Apresentar declaração de voto por escrito, para constar em ata.

Artigo 7.º (Deveres dos Delegados)

Constituem deveres dos Conselheiros:

- Comparecer ao Congresso Distrital com pontualidade e proceder à sua inscrição/credenciação;
- Participar nas votações;
- Respeitar a dignidade do Congresso Distrital e dos seus membros;
- Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regulamento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou de quem o substitua nessas funções;
- Contribuir pela sua diligência, para a eficácia dos trabalhos e o prestígio do Congresso Distrital, e em geral, para a boa imagem da JSD;
- Abster-se do uso de expedientes dilatórios, ou requerimentos extemporâneos, inapropriados ou desproporcionais.

Artigo 8.º (Participantes e Observadores)

- O Congresso Distrital, a requerimento da CPD ou do próprio, poderá conferir o estatuto de participante a militantes ou personalidades, cuja intervenção nos trabalhos considere relevante, nomeadamente membros de órgãos e estruturas de apoio à CPD e Presidentes de Associações Académicas ou de Estudantes do Distrito.
- A qualidade referida no número anterior pode ser atribuída no todo ou em parte das reuniões e confere aos visados o direito ao uso da palavra.
- O Congresso Distrital poderá igualmente admitir a presença de observadores sem direito ao uso da palavra.

CAPÍTULO 3 | DOS TRABALHOS

Artigo 9.º (Data e Hora)

O Congresso Distrital de Bragança da JSD decorrerá no dia 22 de outubro de 2016, em Bragança, com início às 15h00m, na Sede Distrital da JSD e PSD, sita na Praça da Sé, 16, em Bragança.

Artigo 10.º (Quórum)

- O Congresso Distrital reunirá à hora marcada desde que se encontrem presentes mais de metade dos seus membros ou meia hora depois da hora marcada com a presença de qualquer número de membros.
- A existência de eventuais interrupções ou pausas por necessidades alimentares, de descanso ou manutenção da ordem, não implicam nova verificação de quórum.
- No que diz respeito aos delegados ao Congresso, não é admitida a delegação de poderes para nenhum efeito ou qualquer forma de substituição, mesmo que parcial.
- Excetua-se do exposto o caso da substituição de um Delegado pelo membro seguinte da lista (ou suplente), desde que comunicada à Mesa do Conselho Distrital até ao início dos trabalhos.

Artigo 11.º (Funcionamento)

O funcionamento do Congresso Distrital, em tudo o que não contrarie a sua natureza ou o Presente Regulamento rege-se pelos termos que regulam os Conselhos Distritais.

Artigo 12.º (Ordem de trabalhos)

1. Abertura e Boas vindas;
2. Apresentação e discussão das moções sectoriais;
3. Apreciação do mandato Distrital – 2014/2016
4. Apresentação das moções de estratégia global e candidaturas
5. Eleição dos órgãos Distritais mandato 2016/2018 e aprovação da moção de Estratégia Global (urnas abertas entre as 15 e as 18 horas)
6. Votação das moções sectoriais e aprovação de militantes honorários
7. Tomada de Posse dos órgãos, após apuramento e publicitação dos resultados
8. Encerramento

Artigo 13.º (Uso da Palavra)

A palavra será concedida aos Conselheiros para os seguintes efeitos:

- a) Apresentar propostas e moções, dispondo de um máximo de dez minutos, e de mais cinco minutos no fim da discussão;
- b) Exercer o direito de resposta, sem exceder os três minutos;
- c) Participar nos debates, tendo direito a cinco minutos de intervenção;
- d) Interpelar os órgãos distritais, sem exceder os três minutos;
- e) Invocar o Regulamento e interpelar a Mesa;
- f) Apresentar requerimentos, protestos, contraprotestos e formular votos;
- g) Apresentar recursos, sem exceder os três minutos;
- h) Pedir ou dar esclarecimentos, sem exceder os três minutos;
- i) A Mesa retirará a palavra ao orador que ultrapasse o tempo limite ou que desrespeite o Regulamento, e ainda quando o discurso se torne ofensivo ou se desvie do objeto do pedido de uso da palavra;
- j) A Mesa pode restringir o tempo dos oradores de forma equitativa, tendo em consideração o tempo disponível.

Artigo 14.º (Competências do Presidente da Mesa)

Compete ao Presidente da Mesa:

- a) Presidir ao Congresso Distrital, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respetivos trabalhos;
- b) Admitir ou rejeitar requerimentos, propostas e moções, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para o Congresso Distrital;
- c) Conceder a palavra aos delegados e aos Participantes;
- d) Colocar à discussão as propostas e as moções admitidas;
- e) Colocar à imediata votação, todos os requerimentos admitidos;
- f) Manter a ordem durante os trabalhos, podendo para isso tomar as medidas que entender por convenientes, designadamente advertindo o orador que esteja fora de ordem ou retirando-lhe a palavra;
- g) Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais, bem como decisões do Congresso Distrital ou da sua Mesa.

Artigo 15.º (Competências dos Vice-Presidentes da Mesa)

Compete aos Vice-Presidentes:

- a) Substituir o Presidente na sua ausência ou impedimento;
- b) Coadjuvar o Presidente no desempenho das suas funções;
- c) Desempenhar as funções que lhe sejam delegadas.

Artigo 16.º (Competências dos Secretários da Mesa)

Compete aos Secretários:

- a) Proceder à conferência das presenças, assim como verificar o quórum e registar as votações;
- b) Organizar as inscrições dos Membros ou Participantes que pretendam usar da palavra;
- c) Fazer as leituras indispensáveis dos documentos, durante as reuniões;
- d) Ajudar os restantes membros da Mesa no desempenho das suas funções;
- e) Servir de escrutinador;
- f) Elaborar as atas.

CAPÍTULO 4 | DAS MOÇÕES E CANDIDATURAS

Artigo 17.º (Moções de Estratégia Global)

1. Os candidatos a Presidente da Comissão Política Distrital – e apenas estes - devem no mesmo prazo de apresentação das candidaturas submeter Moção de Estratégia Global por si subscrita em nome individual ou da lista que representa, onde constem o seu Programa, Linhas Gerais de Atuação, Prioridades e Princípios

ou outros elementos que o Subscritor entenda fazer constar. Esta apresentação não deverá ultrapassar os 25 minutos.

2. Não há requisitos de forma ou limitações de qualquer natureza ao conteúdo destas Moções.
3. As moções de Estratégia Global poderão ter um título, sem que tal seja obrigatório, e a sua identificação pode incluir referência a uma lista ou lema ou localidade
4. Considera-se aprovada a Moção de Estratégia Global da lista mais votada à Comissão Política Distrital.

Artigo 18.º (Moções Sectoriais)

1. As moções sectoriais dizem respeito a temas específicos, regiões em concreto, eventos ou problemáticas políticas cujo tratamento possa ser individual e autónomo e poderão ser subscritas e apresentadas por qualquer membro do Congresso Distrital, estando vedadas, portanto, aos participantes ou observadores.
2. Se aprovadas, e não contendendo com a Moção de Estratégia Global vencedora, as moções sectoriais devem ser entendidas pela Comissão Política Distrital vencedora como orientações do Congresso Distrital, a executar nos moldes possíveis.

Artigo 19.º (Apresentação e Poder de Disposição sobre as Moções Sectoriais)

Os subscritores de moções sectoriais poderão indicar quem fará a sua apresentação e poderão retirar as Moções até ao momento em que se inicie a votação das mesmas, acontecendo o mesmo no caso de se tratar de Moções de autoria de Comissões Políticas Concelhias.

Artigo 20.º (Candidaturas aos órgãos Distritais)

As Listas devem ser apresentadas até às 23:59 horas do 3.º dia anterior ao da realização do Congresso Distrital, ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD, na sede da JSD e PSD Distrital de Bragança, sita na Praça da Sé, 16, em Bragança.

Artigo 21.º (Distinções Honorárias Distritais)

1. O Conselho Distrital pode atribuir a distinção de Presidente Honorário Distrital da JSD a antigos Presidentes da Comissão Política Distrital da JSD ou do PSD, que se tenham notabilizado excepcionalmente no exercício das suas lideranças, pelo serviço prestado aos jovens do Distrito, e pela promoção dos ideais da JSD.
2. A distinção de Militante Honorário Distrital atribuída aos antigos dirigentes Distritais da JSD que tenham, ao serviço da JSD e dos jovens do Distrito, contribuído de forma e mérito excepcional para a promoção do ideário da JSD.
3. Estas deliberações são tomadas por voto secreto, sob proposta da CPD, da Mesa do Conselho Distrital ou de três Comissões Políticas Concelhias.
4. A perda da distinção de Militante Honorário da JSD será deliberada pelo Congresso Distrital, por maioria absoluta dos conselheiros presentes, em caso de grave desconsideração pelos jovens do respetivo Distrito, de afronta pública à JSD ou de desprestígio manifesto.

CAPÍTULO 5 | DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 22.º (Lacunas)

A integração de lacunas, bem como a resolução das dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma do presente Regulamento, far-se-á recorrendo, em primeiro lugar, à analogia com as disposições dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Conselhos e Congressos Distritais, em segundo lugar ao normativo do PSD e em terceiro lugar à lei geral subsidiariamente aplicável.

Artigo 23.º (Entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor imediatamente com a sua publicação.

MOMENTO PROCESSUAL	DATA
Publicação no Povo Livre das convocatórias para a eleição de Delegados	14 de setembro de 2016
Prazo para a Mesa enviar às concelhias o rateio de Delegados	19 de setembro de 2016
Prazo limite para entrega das listas candidatas à eleição dos Delegados	11 de outubro de 2016
Eleição dos Delegados	14 de outubro de 2016
Prazo para entrega das atas eleitorais	16 de outubro de 2016
Lista Provisória de Delegados	17 de outubro de 2016
Prazo para redistribuição de Delegados	17 de outubro de 2016
Lista definitiva de Delegados	18 de outubro de 2016
Prazo para entrega das Moções Sectoriais	19 de outubro de 2016
Prazo para entrega de Listas Candidatas aos órgãos distritais	19 de outubro de 2016
Congresso Distrital de Bragança da JSD	22 de outubro de 2016